

Confronto

STF não pode derrubar decisão da Constituinte, diz Arinos

Lula Marques - 6 Jul 87



O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), jurista que presidiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais criada em 86

Da Sucursal do Rio

O jurista e senador Afonso Arinos (PFL-RJ), 82, disse ontem ser "impossível" que o presidente José Sarney venha a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir que o Congresso constituinte não reduza o seu mandato para quatro anos. "Como jurista e professor, só posso dizer que não é possível recorrer-se ao STF contra uma decisão da Constituinte. Ela é soberana, do latim 'super omnia', que quer dizer acima de tudo. Na verdade, a Constituinte pode até extinguir o STF, que não existe em países como a França e a Itália, por exemplo."

Em 21 de abril de 1985, com a morte do presidente eleito Tancredo Neves, Afonso Arinos defendeu a posse de José Sarney como presidente da República. Em declaração à

televisão na madrugada da morte, Arinos afirmou que a vice-presidência era uma instituição da República e que apesar de Tancredo não ter tomado posse, o vice, Sarney deveria assumir a Presidência.

Não há impasse

Arinos disse ainda, que não vê impasse no momento político atual. Segundo ele, "só existiria impasse se os militares pretendessem intervir na política, mas eles não querem voltar ao poder depois que o exerceam desastrosamente durante 20 anos". O senador não acredita que o presidente Sarney seja favorável a uma intervenção militar e nem mesmo que a certidão de posse pedida pela Presidência da República ao Senado na semana passada se destine a um recurso ao STF para garantir o mandato de Sarney. "Eu creio na versão oficial, de que a

certidão foi pedida exclusivamente para integrar o acervo pessoal do presidente, que figurará no programa Memória dos Presidentes da República, elaborado atualmente pelo Palácio do Planalto", disse Arinos.

O secretário da comissão que elabora o programa de Memória dos Presidentes da República, Virgílio Costa, 36, escritor e assessor para Assuntos Culturais da Presidência da República, disse que partiu dele a idéia de pedir a certidão ao Senado, "sem qualquer finalidade política, apenas para integrar o acervo pessoal do presidente Sarney que será juntado ao programa de memória dos demais presidentes". Segundo ele, entretanto, "nada impede que o documento venha a ser utilizado pelo presidente com esta ou com aquela finalidade política".

Ministro do Supremo nega que tenha se manifestado

Da Sucursal de Brasília

O ministro Djaci Falcão, do Supremo Tribunal Federal (STF) negou que o STF tenha se manifestado em sentenças sobre o caráter "originário" ou "derivado" do Congresso constituinte ou que ele pessoalmente tenha se manifestado sobre o assunto. Segundo Falcão, o texto que lhe foi atribuído é da responsabili-

dade da Procuradoria Geral da República.

Na sexta-feira, no Congresso constituinte, os deputados Amaral Netto e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) circulavam com um texto, que seria da autoria de Falcão, para dizer que a Constituinte é um poder "derivado", ou seja, possui sobera-

nia limitada e não pode alterar certos dispositivos da Constituição em vigor, como a duração do mandato do atual presidente.

Apoiados nisso, sarneyzistas estão articulando recurso ao STF, para o caso de o plenário se definir pelos quatro anos. A tese do poder "originário" é de que a Constituinte pode tudo.

Crise traz de volta a palavra 'golpe', agora com fórmula jurídica

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial do Brasil

Golpe. Desde 1984 — quando se frustrou a última tentativa de alteração constitucional para evitar a vitória de Tancredo Neves, candidato da oposição à Presidência — essa palavra não emergia à luz do dia como ocorreu esta semana em Brasília.

Havia, entretanto, uma diferença. Ninguém falava no clássico golpe militar, em que a cúpula das Forças Armadas aciona os tanques e depõe o presidente. A palavra golpe vinha sempre acompanhada de algum adendo.

"Golpe jurídico", por exemplo, foi a fórmula cunhada pelo deputado Luís Viana Neto (PMDB-BA), 54, para designar a iniciativa do Planalto de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para inviabilizar, juridicamente, uma eventual decisão da Constituinte de reduzir para quatro anos o mandato do presidente José Sarney.

O "golpe jurídico" não era um mero fantasma a povoar as conversas de um mundo político habituado a conviver com especulações as mais delirantes: no final da semana, estava tomada a decisão do governo de recorrer ao Supremo contra a eventual redução do mandato.

Por isso mesmo, o adendo "jurídico" à palavra "golpe" sobrepôs-se a todos os demais adendos. Para isso contribuiu o fato de que todas as análises amparadas na lógica impunham descartar a hipótese de algum outro tipo de golpe, pelo menos a curto prazo.

Análise

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 57, faz, mais como sociólogo, uma análise em que a lógica de golpe aparece desmontada. Para ele, o momento propício para o golpe passou: "Estivemos perto dele, mas a rejeição da estabilidade no emprego, pela Constituinte, afastou os empresários de um provável alinhamento golpista."

O deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), 59, retroage um pouco mais no tempo e emprega uma lógica marcadamente esquerdista para chegar à mesma conclusão: "Enquanto o país estava em moratória, o capital financeiro estava inquieto. Enquanto se falava muito em reforma agrária, os donos da terra estavam inquietos. Agora que o programa de reforma agrária se diluiu, essa inquietação cessou. Enquanto havia a estabilidade no texto constitucional preliminar, a burguesia estava inquieta. A soma dessas inquietações poderia levar ao golpe, mas, agora, não haveria nenhuma lógica nele."

O senador Mário Covas (PMDB-SP), 57, segue o mesmo raciocínio: "Golpe? Só se houver uma soma de insatisfações que envolva militares, empresários e a sociedade."

Por quê? Como?

Desfeita a lógica do golpe convencional, nem por isso desapareceram as interrogações. Ao contrário: quando se cristalizou a evidência de que o governo vai tentar recorrer ao "golpe jurídico", a cúpula do PMDB reuniu-se sexta-feira no gabinete de Ulysses Guimarães, mas não conseguiu respostas para perguntas fundamentais.

Partindo do pressuposto de que uma eventual decisão do STF contra uma também eventual decisão da Constituinte dando quatro anos causaria uma colisão institucional que levaria ao fechamento do Congresso, os líderes peemedebistas se perguntavam: por que o golpe? Quem o daria?

A segunda pergunta nascia de outra pressuposição que se revelou falsa: a de que Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, não mergulharia na aventura de enfrentar o parlamento. Ao dizer na sexta-feira que apoia seis anos de mandato para Sarney, Leonidas assumiu na plenitude a lógica do "golpe jurídico".

Antes mesmo que o fizesse, dois deputados pernambucanos situados em extremos opostos ideologicamente já haviam chegado a esta conclusão. "As Forças Armadas terão que respaldar uma decisão do Supremo

vetando mudanças no mandato", achavam Nilson Gibson, 52, que, no regime militar, foi um porta-voz informal da linha dura do Exército e hoje está no PMDB, e o líder do PCB, Roberto Freire, 45.

O porquê do golpe era explicado pelo deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), 41, com base em avaliação que ouviu do governador Waldir Pires: "Quando a direita não tem um candidato, como não tem agora, ela despreza os mecanismos constitucionais e vai para o golpe."

Esse raciocínio tinha um certo aval de ninguém menos do que Sarney: na terça-feira, em audiência com o deputado Milton Reis (PMDB-MG), Sarney lhe disse que Ulysses, se fosse o candidato do PMDB à Presidência, seria derrotado no segundo turno por Leonel Brizola (PDT), "porque as esquerdas se unirão, no turno final, em torno de Brizola".

Na previsão de Sarney, a vitória de Brizola, por ele tida como fatal nesse cenário, levaria ao retrocesso institucional, porque as Forças Armadas não a aceitariam e, portanto, não dariam posse ao eleito.

"Eles vivem acenando com o fantasma de Brizola, para forçar a aprovação dos cinco anos", rebate o deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ), 36, cansado de ouvir a argumentação de que a eleição em 88 é inconveniente para os partidos do governo porque a vitória de Brizola seria inevitável.

Fantasmas distantes

O apoio do general Leonidas aos seis anos e, por consequência, ao que Viana Neto chama de "golpe jurídico", trouxe de volta ao vocabulário político de Brasília a expressão "bordaberrização", muito usada desde que Sarney assumiu. "Bordaberrização" é a alusão a Juan Maria Bordaberry, presidente civil do Uruguai, que se colocou sob a tutela dos militares até ser finalmente deposto pelo golpe estilo clássico de 1976.

"O Sarney é o Bordaberry às avessas. Os militares uruguaios usaram o Bordaberry para ficar no poder. O Sarney quer usar os militares para ele próprio ficar no poder", diz o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), 49.

Não foi apenas o fantasma de Bordaberry que se exumou esta semana em Brasília. Outro nome estrangeiro puxado para o cenário nacional foi o do líder da Líbia, Muamar Gadafi. "Golpe clássico não vai haver. Mas pode haver uma movimentação militar que rompa a hierarquia, uma gadafada", diz o senador Virgílio Távora (PDS-CE), coronel da reserva que participou de mais de uma conspiração militar no passado.

Na mesma quarta-feira em que Távora fazia em Brasília essa avaliação para o repórter da Folha, a mil quilômetros de distância, em São Paulo, ela ganhava o aval de um ex-presidente da República, o general João Baptista Figueiredo. "Tenho a certeza de que a história vai registrar a necessidade de outros golpes, alguns até sem generais", disse Figueiredo, em entrevista na Câmara Municipal paulistana.

Delírio? É possível, mas, no próprio Palácio do Planalto, as avaliações que se fazem são assustadoras: uma delas diz que Leonel Brizola tenderia a ter o respaldo de setores da baixa e média oficialidade se ganhasse a eleição presidencial, provocando uma fratura nas Forças Armadas. Fratura batizada de "argentinização" por um íntimo do Sarney, em alusão ao fato de que as Forças Armadas argentinas estão claramente desestruturadas disciplinarmente. Mais: a informação disponível nos setores do PMDB que têm mais convívio com círculos militares é a de que Brizola tem um acordo firme com o ex-presidente Figueiredo. Ou seja, poderia ter também o apoio de Figueiredo, no caso de uma crise envolvendo a sua candidatura ou vitória.

O fantasma da economia

Bordaberry, Gadafi, Brizola. Como se fossem poucos os fantasmas, o deputado Luiz Eduardo (PFL-BA),

Bordaberry

Da Redação

Juan Maria Bordaberry foi presidente do Uruguai de fevereiro de 1972 a junho de 1976, quando foi deposto pelas Forças Armadas. No início de seu governo, Bordaberry deu sequência à política conservadora de seu antecessor, Pacheco Areco.

A partir de 27 de junho de 1973, porém, passou a exercer seu cargo sob a tutela dos militares — origem do termo "bordaberrização".

Nesse dia, sob pressão das Forças Armadas, dissolveu o Congresso, impôs rígida censura aos meios de comunicação, proibiu as atividades dos partidos Comunista e Socialista e de mais 12 grupos de esquerda, além de outras medidas de exceção. Por divergências políticas com os comandantes militares, acabou sendo substituído por Aparicio Mendes.

Bordaberry nasceu em Montevidéu, capital do Uruguai, em 1927. Dividiu suas atividades particulares com pecuarista, dirigente sindical e jornalista radiofônico.



O ex-presidente Juan Bordaberry

Iniciou-se na política em 1962, sendo eleito senador pelo Partido Blanco. Foi ministro da Agricultura e da Pecuária do governo Pacheco Areco, entre 1969 e 1971. Pelo Partido Colorado, chegou à Presidência da República.

32, um dos líderes do Centrão e filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, cuida de lançar mais um: "Se a inflação está em 450% ao ano, em um ano eleitoral ela chegaria a mais de 1.000%, abrindo campo para um golpe".

Sem chegar a falar na hipótese de golpe, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, 45, desenhou cenário semelhante ao de Luiz Eduardo, durante a reunião dos 15 ministros, realizada na quinta-feira e na qual se decidiu fazer a defesa enfática das eleições apenas em 1989.

Solicitado pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, a expor a situação econômica, Mailson traçou um cenário sombrio internamente e relativamente otimista no plano externo, para concluir que um e outro seriam duramente afetados no caso da realização de eleições em 88.

"O seu programa econômico seria muito prejudicado se houvesse eleições?", perguntou Brossard.

"Tremendamente", respondeu Mailson.

O deputado José Serra (PMDB-SP), 45, concorda com essa avaliação, mas discorda frontalmente da tese de que por isso a eleição deve ser adiada. "A culpa pela situação é do governo exclusivamente e só pode ser solucionada por um governo que tenha condições efetivas de governar", acha Serra.

O senador Marco Maciel (PE), presidente do PFL, vai na direção apontada por Serra: "Não creio numa ruptura (das instituições), mas temo uma grande deterioração do quadro político e econômico."

"Solução política"

O presidente nacional do PT, deputado Olivio Dutra (RS), 46, também não acredita em golpe, mas, como Maciel, teme tanto a deterioração política e econômica que está fazendo todos os esforços para que os presidentes dos 12 partidos representados na Constituinte se reúnam em busca de "uma solução política para a crise".

A reunião pode ser marcada hoje, quando Dutra, Maciel e o líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), se encontrarão para fixar a agenda tentativa e a data. Mas, também sobre a reunião, vai pairar outro fantasma da crise, chamado José Sarney.

Ocorre que o senador Affonso Carmargo (PTB-PR), 58, quer levar os 12 presidentes a um encontro com o presidente da República para discutir a crise cara a cara. Quando Carmargo levou a sugestão a Olivio Dutra, o petista se espantou: "O Sarney?" Espanto natural, se está correta a avaliação dos riscos institucionais que faz o deputado Delfino Netto (PDS-SP), 59: "Tem mais coisa nesse angu. E desconfo que o dr. Sarney está metido nisso."

Gadafi

Da Redação

O dirigente líbio Muamar Gadafi chegou ao poder em 1º de setembro de 1969, quando à frente de um grupo de 60 oficiais muçulmanos depôs a monarquia do rei Idris Senoussi. O movimento liderado por Gadafi, então capitão, caracterizou-se por vir da baixa oficialidade do Exército da Líbia — vem daí o uso do termo "gadafada" para designar ações golpistas originadas da base militar.

O coronel Gadafi nasceu no deserto líbio em 1942, filho de pais nômades. Em 1965 formou-se no Colégio Militar da Líbia, em Bengasi. Foi à Grã-Bretanha em 1966 fazer um curso de táticas de comunicação, quando passou a organizar o movimento "dos oficiais sindicalistas livres", com o objetivo de derrubar o rei Idris.

Em 1970 o ditador líbio iniciou uma campanha para dar apoio a "movimentos de independência" internacionais. Três anos depois anunciou sua "revolução popular" que, entre outras coisas, previa o exter-



O coronel Muamar Gadafi

minio de adversários políticos e o cumprimento dos preceitos do Alcorão. A escalada de conflitos com o governo do presidente dos EUA, Ronald Reagan, culminou com o bombardeio da Líbia por aviões americanos em abril de 1986.